

EMIP – Empresa Mineira de Parcerias S.A.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ANUAIS

EXERCÍCIO DE 2016

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - EXERCÍCIO DE 2016

Senhor Acionista,

A Diretoria da EMIP – Empresa Mineira de Parcerias S.A., no cumprimento das disposições legais e estatutárias, submete ao exame e deliberação de V.S^{as}. o Relatório da Administração que destaca as principais ações desenvolvidas pela Empresa, as Demonstrações Contábeis acompanhadas das respectivas Notas Explicativas, às quais se incorporam ainda o Relatório dos Auditores Independentes, bem como o Parecer do Conselho Fiscal, referentes à situação patrimonial e financeira da Empresa no exercício findo em 31 de dezembro de 2016, elaboradas de forma comparativa com o exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

1. GESTÃO EMPRESARIAL

1.1. Gestão de negócios

Em cumprimento ao seu objeto social, a Companhia atua como mandatária do Estado de Minas Gerais em contratos de concessões e parcerias público-privadas, para isso assumindo obrigações relacionadas às contraprestações pecuniárias ou de qualquer outra natureza no âmbito dos referidos contratos. No exercício de 2016, foram pagos como contraprestações aos Parceiros Privados, em nome do Estado de Minas Gerais, o montante de R\$213.379 mil. No exercício de 2015, foram pagos R\$262.435 mil.

Pagamentos de Contraprestações (R\$ mil)		
Parcerias Público-Privadas	2015	2016
Minas Arena - Gestão de Instalações Esportivas S.A	137.521	95.933
Gestores Prisionais Associados S/A - GPA	99.466	90.827
Minas Cidadão Centrais de Atendimento S.A	25.448	26.619
Total	262.435	213.379

A EMIP atua, ainda, na comercialização de bens imóveis próprios não de uso, tendo auferido neste exercício uma receita líquida de R\$944 mil com a venda de 25 imóveis por meio de concorrências públicas. No exercício anterior, foi apurada receita líquida de R\$1.061 mil com a venda de 26 imóveis. Restam no estoque de imóveis disponíveis para venda 110 imóveis, registrados pelo valor de R\$8.361 mil. Com base nos mais recentes laudos de avaliação desses

imóveis, a Companhia registrou um impairment de R\$2.137 mil, de modo a refletir o valor justo que é de R\$6.224 mil.

Estoque de Imóveis	Quantidade	Valor (R\$ mil)
Posição em 31/12/2015	135	9.878
Imóveis vendidos	(25)	(1.517)
Impairment de imóveis disponíveis para venda	-	(2.137)
Posição em 31/12/2016	110	6.224

1.2. Recursos Humanos

A Companhia utiliza a mão de obra dos empregados de sua controladora, valendo-se de Convênio de Cooperação Técnica firmado entre as partes. Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia possui em seu passivo o montante de R\$757 mil a pagar à MGI relativo ao compartilhamento de mão de obra, nos termos do convênio firmado.

2. RESULTADOS ECONÔMICO-FINANCEIROS

A EMIP auferiu, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016, receita operacional líquida de R\$944 mil proveniente da comercialização de bens imóveis próprios não de uso, apresentando uma redução de 11% em relação ao exercício de 2015, quando auferiu R\$1.061 mil.

O custo apurado no exercício totalizou R\$1.549 mil, composto por: (i) R\$1.517 mil relativo ao custo de aquisição dos imóveis vendidos; (ii) R\$28 mil relativo ao custo de avaliação dos imóveis vendidos; (iii) R\$4 mil relativo ao IPTU dos imóveis vendidos. No exercício anterior, o custo foi 15% superior, totalizando R\$1.812 mil.

Dessa forma, a EMIP apurou, no exercício de 2016, prejuízo operacional bruto de R\$605 mil, enquanto no exercício de 2015 o prejuízo foi de R\$751 mil. O prejuízo operacional observado em ambos os exercícios ocorreu porque alguns imóveis vendidos apresentaram desvalorização em relação ao custo de aquisição.

O resultado financeiro líquido apurado pela Companhia no exercício de 2016 foi de R\$263 mil, inferior em 97% ao resultado apurado no exercício de 2015, que foi de R\$9.445 mil. Esse resultado refere-se aos rendimentos de aplicações financeiras, deduzidos IOF e despesas

bancárias. Esta diminuição decorre da redução do montante de recursos aplicados, em razão da execução dos pagamentos de contraprestações das parcerias público-privadas.

Com base nos resultados supramencionados, a EMIP auferiu no exercício de 2016 prejuízo líquido de R\$4.230 mil, enquanto no exercício anterior alcançou lucro de R\$4.867 mil. Essa redução de 187% observada no resultado líquido decorre, sobretudo, da redução das receitas financeiras, que foram fator preponderante para o lucro alcançado em 2015.

Considerando que a principal atividade fim da EMIP, pela qual foi fundada, é a atuação como mandatária do Estado de Minas Gerais no âmbito das PPP's, a Administração considera cumpridos seus objetivos definidos para o exercício.

3. AUDITORIA INDEPENDENTE

À Administração cumpre esclarecer que a prestação de serviços por auditores independentes restringe-se exclusivamente à auditoria das demonstrações financeiras, não havendo a prestação de outros serviços.

4. AGRADECIMENTOS

A Administração da EMIP considera cumpridas as principais ações e metas propostas para o exercício de 2016 e agradece o apoio e a orientação recebidos de sua controladora MGI, da Secretaria de Estado de Fazenda, da Advocacia Geral do Estado, dos Conselhos de Administração e Fiscal, bem como destaca a competência e o profissionalismo de seus colaboradores.

Belo Horizonte, 31 de dezembro de 2016.

A Administração.

EMIP - Empresa Mineira de Parcerias S.A.**Balço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e 2015***(Em milhares de Reais)*

Ativo	Notas	2016	2015	Passivo	Notas	2016	2015
Caixa e equivalentes de caixa	4	140	1.004	Fornecedores e outras contas a pagar	9.a	757	101
Tributos a recuperar	6	200	1.363	Salários e encargos sociais		21	17
Imóveis Para Venda	8	6.224	9.878	Tributos a recolher		149	73
Outras contas		30	20	Dividendos a pagar		-	1.156
Total do Ativo Circulante		6.594	12.265	Obrigações por repasse		81	686
Depósitos judiciais		91	-	Total do Passivo Circulante		1.008	2.033
Contas a receber do EMG	5	41.028	40.743	Patrimônio líquido			
Tributos a recuperar	6	1.197	-	Capital social	10.a	50.248	45.624
Imobilizado		1	2	Lucro/Prejuízo acumulado	10	(2.345)	5.353
Total do Ativo Não Circulante		42.317	40.745	Total do Patrimônio Líquido		47.903	50.977
Total do ativo		48.911	53.010	Total do passivo		48.911	53.010

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

EMIP - Empresa Mineira de Parcerias S.A.

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	2016	2015
Receita	11	944	1.061
Custos	12	<u>(1.549)</u>	<u>(1.812)</u>
Resultado bruto		<u>(605)</u>	<u>(751)</u>
Despesas administrativas	12	(1.755)	(1.356)
Outras receitas		4	-
Perda na recuperação de imóveis para venda	8.a	<u>(2.137)</u>	<u>-</u>
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		<u>(4.493)</u>	<u>(2.107)</u>
Receitas financeiras	13	309	9.501
Despesas financeiras	13	<u>(46)</u>	<u>(56)</u>
Receitas financeiras, líquidas		<u>263</u>	<u>9.445</u>
Resultado antes dos impostos		<u>(4.230)</u>	<u>7.338</u>
Impostos de renda	7	-	(1.811)
Contribuição social	7	-	<u>(660)</u>
		<u>-</u>	<u>(2.471)</u>
Resultado do exercício		<u>(4.230)</u>	<u>4.867</u>
Resultado p/ lote de mil ações (básico e diluído em R\$)		<u>(9)</u>	<u>10</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

EMIP - Empresa Mineira de Parcerias S.A.

Demonstrações de resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(em milhares de Reais)

	Nota	2016	2015
Resultado do exercício	10.d	<u>(4.230)</u>	<u>4.867</u>
Resultado abrangente total		<u><u>(4.230)</u></u>	<u><u>4.867</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

EMIP - Empresa Mineira de Parcerias S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

Notas	Capital social	Reserva de lucros		Lucros/Prejuízos Acumulados	Total
		Legal	Retenção de Lucros		
	26.025	1.642	14.699	-	42.366
Saldo em 31 de dezembro de 2014					
Integralização de capital	95.000	-	-	-	95.000
Aumento de Capital com retenção de lucros	14.699	-	(14.699)	-	-
Reversão de dividendos a pagar exercício anterior	4.900	-	-	-	4.900
Capital a Integralizar	(40.540)	-	-	-	(40.540)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	4.867	4.867
Reserva legal	-	243	-	(243)	-
Dividendos obrigatórios distribuídos	-	-	-	(1.156)	(1.156)
Retenção de lucros	-	-	3.468	(3.468)	-
Reclassificação para Obrigação por Repasse - PPP	(54.460)	-	-	-	(54.460)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	45.624	1.885	3.468	-	50.977
Integralização de capital	10.000	-	-	-	10.000
Aumento de Capital com retenção de lucros	3.468	-	(3.468)	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	162.554	-	-	-	162.554
Reversão de dividendos a pagar exercício anterior	1.156	-	-	-	1.156
Capital a Integralizar	40.540	-	-	-	40.540
Prejuízo do exercício	-	-	-	(4.230)	(4.230)
Reserva legal	-	(1.885)	-	1.885	-
Reclassificação para Obrigação por Repasse - PPP	(213.094)	-	-	-	(213.094)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	50.248	-	-	(2.345)	47.903

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

EMIP - Empresa Mineira de Parcerias S.A.**Demonstrações dos fluxos de caixa**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

	2016	2015
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Resultado do Exercício	(4.230)	4.867
Ajustes para:		
Perda na recuperação de imóveis para venda	2.137	-
	(2.093)	4.867
(Aumento)/Diminuição de títulos e valores mobiliários	-	201.636
(Aumento)/Diminuição de tributos a recuperar	(34)	201
(Aumento)/Diminuição Imóveis para Venda	1.517	1.771
(Aumento)/Diminuição de depósitos judiciais	(91)	-
(Aumento)/Diminuição contas a receber do EMG	(213.378)	(262.435)
(Aumento)/Diminuição de outras contas	(10)	(20)
Aumento/(Diminuição) de fornecedores	656	53
Aumento/(Diminuição) de salários e encargos sociais	4	9
Aumento/(Diminuição) de tributos a recolher	76	(204)
Aumento/(Diminuição) de obrigações por repasse	(605)	668
	(213.958)	(53.454)
Caixa gerado nas atividades operacionais	(213.958)	(53.454)
Aquisições imobilizado/intangível	-	(2)
	-	(2)
Caixa proveniente de (usado em) atividades de financiamento	-	(2)
Aumento Capital Social	213.094	54.460
	213.094	54.460
Aumento (redução) líquida em caixa e equivalentes de caixa	(864)	1.004
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	140	1.004
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	1.004	-
	(864)	1.004

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

Em 2003, inspirado em experiências internacionais, o Governo de Minas estabeleceu o Programa Estadual de Parcerias Público-Privadas (PPP), com o objetivo de atrair investimentos privados em infraestrutura, por meio de relações contratuais de longo prazo. Para tanto, havia a necessidade de estabelecer mecanismos eficientes de regulação dos contratos.

Os primeiros parâmetros legais direcionados à regulação dos contratos de PPP no País foram aprovados em Minas Gerais em dezembro de 2003, por meio da Lei Estadual nº 14.868/03. Segundo essa lei, cabe ao ente privado contribuir com recursos financeiros, materiais e humanos, sendo remunerado segundo o desempenho obtido nas atividades contratadas. Além de criar o Programa Estadual de Parcerias Público-Privadas, a importância desta lei está na criação do ambiente institucional para a modelagem e implantação de contratos de PPP, uma vez que instituiu o Conselho Gestor de PPP e a Unidade de PPP como unidades integrantes da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico.

Após a consolidação institucional e o desenvolvimento dos estudos de modelagem de projetos específicos, o Estado de Minas Gerais, visando o aperfeiçoamento do Programa Estadual de PPP's e o aprimoramento do mecanismo de mobilização de recursos para o pagamento das contraprestações e oferecimento de garantias, O Estado, em 2011, por meio da Lei Estadual nº 19.968 de 26/12/2011, autorizou a MGI – Minas Gerais Participações S.A., pessoa jurídica de direito privado, organizada sob a forma de sociedade anônima, de capital aberto, controlada pelo Estado de Minas Gerais (“EMG”), vinculada à Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais (“SEF”), a constituir subsidiária, em conformidade com a Assembleia Geral Extraordinária realizada em 08 de julho de 2013, com a finalidade de realizar operações estruturadas de mercado relacionadas com seus ativos.

Portanto, nesse contexto, em 16 de julho de 2013, foi lavrada no cartório do décimo ofício de notas de Belo Horizonte, Livro 952 N, folha 1, a escritura pública de constituição de subsidiária integral da MGI, denominada EMIP – Empresa Mineira de Parcerias S.A. (“Companhia”), pessoa jurídica de direito privado, organizada sob a forma de sociedade anônima, de capital fechado, que possui como principais objetivos, conforme art. 3º do seu Estatuto Social: (a) titular, administrar e explorar os ativos integrantes de seu patrimônio, (b) estruturar e implementar operações com vistas à captação de recursos financeiros, (c) assumir obrigações e ser mandatária do Estado em relação às Parcerias Público-Privadas (PPP), (d) elaborar estudos técnicos com vistas às concessões e parcerias público-privadas, (e) auxiliar no desenvolvimento de projetos de infraestrutura podendo assumir obrigações, (f) prestar garantias, (g) celebrar contratos ou convênios de cooperação técnica com a administração direta e/ou terceiros, (h) participar ou constituir fundos, sociedades, consórcios e outras formas de investimentos ou empreendimentos voltados para o Estado e a qualquer tempo poderá receber ativos para a realização do seu objeto.

2 Base de Preparação

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e as práticas contábeis adotadas no Brasil, emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 24 de março de 2017.

b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, como base de valor.

c. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da EMIP. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com o CPC/IFRS exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistos de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

3 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo serão aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios subsequentes dessas demonstrações financeiras.

a. Instrumentos financeiros

(i) *Ativos financeiros não derivativos*

A Companhia reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que ocorreram. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a EMIP se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro não é reconhecido quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros são reconhecidos como um ativo ou passivo individual.

A Companhia tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: contas a receber de clientes e outros créditos e títulos e valores mobiliários.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e aplicações financeiras de renda fixa com rentabilidade diária e sem carência para resgate, os quais estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor e são utilizadas na quitação das obrigações de curto prazo. (Veja nota 4).

Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber do Estado de Minas Gerais referente aos pagamentos de contraprestações de parcerias público-privadas realizados, (Veja nota 5). Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos (ou outro que atenda o ciclo normal de negócio da Companhia), as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

Ativos mantidos para venda

Ativos financeiros disponíveis para venda são ativos financeiros não derivativos que são designados como disponíveis para venda ou não são classificados em nenhuma das categorias anteriores. Ativos financeiros disponíveis para venda são registrados inicialmente pelo seu valor justo acrescido de qualquer custo de transação diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, eles são medidos pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável e diferenças de conversão de moedas estrangeiras sobre instrumentos de dívida disponíveis para venda são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas dentro do patrimônio líquido. Quando um investimento é baixado, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado, (veja nota 8).

(ii) *Passivos financeiros não derivativos*

Todos os passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. Um passivo financeiro é baixado quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou liquidada.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: impostos a pagar, dividendos a pagar e obrigações por repasse.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

(iii) *Capital social*

Ações ordinárias

Ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, são classificadas como patrimônio líquido. Os dividendos mínimos obrigatórios foram creditados durante o exercício de competência.

b. Redução ao valor recuperável (impairment)**(i) Ativos financeiros (incluindo recebíveis)**

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido sob condições que a Companhia não consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

A Companhia considera evidência de perda de valor para recebíveis tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os recebíveis individualmente significativos são avaliados quanto à perda de valor específico. Todos os recebíveis individualmente significativos identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada.

As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e reconhecida no resultado.

c. Provisões

As provisões são reconhecidas quando: a Companhia tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, quando é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e quando uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

d. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem rendimentos de aplicações em fundos de investimentos. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos, deduzidos do PIS e COFINS não cumulativos incidentes sobre as receitas financeiras.

As despesas financeiras abrangem de encargos financeiros e impostos incidentes sobre passivos e despesas bancárias diversas.

e. Imposto de renda e contribuição social

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 anuais para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido.

A despesa com imposto de renda e contribuição social corrente é reconhecida no resultado.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de

apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

f. Novas normas e interpretações ainda não adotadas.

Uma serie de novas normas, alterações de normas e interpretações serão efetivas para os exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2017, e não foram adotadas na preparação destas demonstrações financeiras. Aquelas que podem ser relevantes para a Companhia estão mencionadas abaixo. A Companhia, não planeja adotar estas normas de forma antecipadas.

IFRS 9 Financial Instruments (Instrumentos Financeiros)

A IFRS 9, publicada em julho de 2014, substitui as orientações existentes na IAS 39 *Financial Instruments: Recognition and Measurement (Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração)*. A IFRS 9 inclui orientação revista sobre a classificação e mensuração de instrumentos financeiros, inclui um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros, e novos requisitos sobre a comercialização de hedge. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39.

A IFRS 9 é efetiva para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018, com a adoção antecipada permitida.

IFRS 15 Revenue from Contracts with Customers (Receita de Contratos com Clientes)

A IFRS 15 exige uma entidade a reconhecer o montante da receita refletindo a contraprestação que elas esperam receber em troca do controle desses bens ou serviços. A nova norma vai substituir a maior parte da orientação detalhada sobre o reconhecimento de receita que existe atualmente em IFRS e U.S.GAAP quando a nova norma for adotada. A nova norma é aplicável a partir ou após 1º de janeiro de 2017, com a adoção antecipada permitida pela IFRS. A norma poderá ser adotada de forma retrospectiva, utilizando uma abordagem de efeitos cumulativos. A Companhia está avaliando os efeitos que o IFRS 15 vai ter nas demonstrações financeiras e nas suas divulgações. A Companhia ainda não escolheu o método de transição para a nova norma nem determinou os efeitos da nova norma nos relatórios financeiros atuais.

Outras alterações

Não se espera que as novas normas ou normas alteradas a seguir tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras do Grupo.

Alterações ao CPC 10 (IFRS 2) Pagamento baseado em ações em relação à classificação e mensuração de determinadas transações com pagamento baseado em ações.

Alterações ao CPC 36 Demonstrações Consolidadas (IFRS 10) e ao CPC 18 Investimento em Coligada (IAS 28) em relação a vendas ou contribuições de ativos entre um investidor e sua coligada ou seu empreendimento controlado em conjunto.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a estas normas. Portanto, a adoção antecipada não é permitida.

4 Caixa e Equivalentes de Caixa

	31/12/2016	31/12/2015
Caixa e Bancos	9	3
Aplicações Financeiras	<u>131</u>	<u>1.001</u>
Total apresentado	<u>140</u>	<u>1.004</u>

As aplicações financeiras da Companhia são de liquidez e rentabilidade diárias, representadas por fundos de renda fixa e fundos atrelados a depósitos interbancários com desempenho próximo à taxa de juros do Certificado de Depósito Interbancário (“CDI”). Os Certificados de Depósito Bancário (“CDBs”) são remunerados a aproximadamente 100% do CDI, podendo ser resgatados a qualquer tempo. O caixa e equivalentes de caixa são mantidos com bancos e instituições financeiras que possuem rating Aa1, baseado na agência Moody’s.

5 Contas a receber do EMG

	Nota	31/12/2016	31/12/2015
Valores a receber do Estado ref. pagamento de PPP	14	715.622	502.243
Obrigações por repasse PPP		<u>(674.594)</u>	<u>(461.500)</u>
Contas a Receber - total apresentado		<u>41.028</u>	<u>40.743</u>

A EMIP possui o valor de R\$715.622 a receber do Estado de Minas Gerais referente aos pagamentos de contraprestações de parcerias público-privadas realizados, conforme nota 14. Em contrapartida, a Companhia recebeu de sua controladora, MGI, conforme autorizado pelo Estado de Minas Gerais, aportes de capital no valor de R\$674.594 para pagamentos de contraprestações. Desta forma, a Companhia possui um saldo líquido de R\$41.028 a receber do Estado de Minas Gerais. A administração não tem certeza de como será sua realização e como se trata de uma operação com parte relacionada sem incidência de juros, não foi reconhecido o ajuste a valor presente.

6 Tributos a recuperar

		31/12/2016	31/12/2015
Tributos Retidos em Aplicações Financeiras	(a)	25	1.144
Imposto de Renda e Contribuição Social - estimativa		-	219
Tributos a recuperar de PIS/COFINS/IRPJ/CSLL	(b)	175	-
Ativo Circulante		200	1.363
Tributos a recuperar de IRPJ/CSLL	(b)	1.197	-
Ativo Não Circulante		<u>1.197</u>	<u>-</u>
Total		<u><u>1.397</u></u>	<u><u>1.363</u></u>

- (a) A Companhia registrou, em 31 de dezembro de 2016, créditos de IRRF decorrentes de aplicações financeiras.
- (b) Refere-se ao pagamento a maior de PIS, COFINS, Imposto de Renda e Contribuição Social em anos anteriores, devidamente atualizados pela taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC, conforme legislação vigente. A Emip transferiu para longo prazo os valores estimados que não serão compensados nos próximos 12 meses. O saldo remanescente será compensado à medida que novos impostos a recolher forem apurados.

7 Imposto de renda e contribuição social

A Companhia adota a apuração de IRPJ e CSLL com base no lucro real anual com recolhimento mensal por estimativa. Os tributos definitivos são apurados ao término de cada exercício social.

	Nota	31/12/2016	31/12/2015
Resultado antes dos impostos		(4.230)	7.338
Juros sobre capital próprio e dividendos a pagar	10-c	-	(1.156)
Base de cálculo para IRPJ		(4.230)	6.182
Total Imposto de renda e contribuição social		-	(2.471)
Taxa efetiva		0,00%	39,97%

8 Ativos mantidos para venda

A EMIP possui em seu ativo, em 31 de dezembro de 2016, 110 imóveis não de uso disponíveis para venda, avaliados em R\$6.224. Esses imóveis são provenientes de aumento de capital promovido pela controladora MGI, em janeiro de 2014, mediante incorporação de imóveis. No exercício de 2016, esses imóveis apresentaram a seguinte movimentação:

	Quantidade	Valor
Saldo em 31/12/2015	135	9.878
Baixa de imóveis vendidos	(25)	(1.517)
Impairment de imóveis disponíveis para venda	(a) -	(2.137)
Saldo em 31/12/2016	110	6.224

- (a) Foi registrada uma provisão de R\$2.137 para redução ao valor recuperável sobre o grupo de Imóveis para venda do seu valor contábil ao seu valor justo deduzido de custo para venda na demonstração do resultado do exercício em rubrica de “Perda na recuperação de imóveis para venda”..

9 Partes relacionadas

Partes Relacionadas	31/12/2016		31/12/2015	
	MGI	Total	MGI	Total
Passivo - Fornecedores e outras contas a pagar	(a) 757	757	101	101
Passivo - Obrigações com PPP	(b) 674.594	674.594	461.500	461.500
Total	675.351	675.351	461.601	461.601

- (a) A Companhia possui com sua controladora, MGI, um convênio de Cooperação Técnica de compartilhamento funcional. Nos termos desse convênio, a EMIP deve à sua controladora, em 31 de dezembro de 2016, o montante de R\$757.
- (b) A Companhia recebeu de sua controladora, no exercício de 2016, o montante de R\$674.594, como aporte de capital, destinado ao pagamento de contraprestações de PPP's.

Operações com pessoal-chave da Administração

O pessoal-chave da administração inclui os membros do conselho de administração e diretores estatutários, com autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia. Não existem benefícios no curto nem no longo prazo ou remuneração baseada em ações e a remuneração do pessoal-chave da administração da Companhia compreende:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015
Honorários e Encargos		
Diretoria	263	231
Conselho de Administração	294	73
Total	557	304

10 Patrimônio líquido**a. Capital Social**

No exercício de 2016, a EMIP promoveu aumentos de capital no valor de R\$4.624 mediante reversão de dividendos a pagar e utilização de lucros a destinar, conforme AGO de 05/05/2016.

Sua controladora, MGI, promoveu na EMIP aumento de capital no montante de R\$50.540 e adiantamentos para futuro aumento de capital no valor de R\$162.554, destinados a pagamentos de contraprestações de PPP's.

Desta forma, em 31 de dezembro de 2016, a Companhia possui capital social integralizado no valor de R\$ 724.841.

A EMIP reclassificou parte do capital social do Patrimônio Líquido para o Passivo não Circulante, conforme requerido pelo CPC 39.

	31/12/2015	movimentações	31/12/2016
Capital Social Subscrito	547.664	10.000	557.664
Aumento de Capital com reversão de dividendos	-	1.156	1.156
Aumento de Capital com Lucros a destinar	-	3.468	3.468
Capital Social a Integralizar	(40.540)	40.540	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	162.554	162.554
Total Capital Social integralizado	507.124	217.718	724.842
Reclassificação obrigação por Repasse PPP	(461.500)	(213.094)	(674.594)
Total Obrigações por Repasse	(461.500)	(213.094)	(674.594)
Capital Social apresentado - CPC 39	45.624	4.624	50.248

O quadro abaixo demonstra a composição acionária da Companhia em 31 de dezembro de 2016:

ACIONISTAS	Ações	Participação
		%
MGI - Minas Gerais Participações S.A.	478.487.293	100,00
Totais	478.487.293	100,00

b. Reserva legal

A reserva legal é constituída na base de 5% do lucro líquido de cada exercício estando limitada a 20% do capital, nos termos do art. 193 da Lei 6.404/76.

	31/12/2016	31/12/2015
Resultado	(4.230)	4.867
Reserva Legal - 5%	-	243

A reserva legal apresentava um saldo de R\$1.885, sendo este utilizado totalmente para compensar o prejuízo apurado no exercício.

c. Dividendos

O Estatuto Social da Companhia determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do resultado do período, ajustado na forma da lei.

	Nota	31/12/2016	31/12/2015
Resultado Líquido		(4.230)	4.867
Reserva Legal	10-b	<u>-</u>	<u>(243)</u>
Base de Calculo para dividendos		<u>-</u>	<u>4.624</u>
Dividendos Mínimos Obrigatórios (25%)		-	1.156

d. Prejuízo líquido por ação básico

	31/12/2016	31/12/2015
Média da quantidade de ações no período (em milhares)	478.487	478.487
Resultado do período	<u>(4.230)</u>	<u>4.867</u>
Resultado por lote de mil ações (em R\$)	<u>(8,84)</u>	<u>10,17</u>

11 Receita operacional

A receita operacional da Companhia é gerada pela venda de seus bens imóveis não de uso. No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016, a EMIP vendeu 25 imóveis por meio de concorrências públicas, arrecadando o valor total de R\$ 1.041, conforme demonstrado a seguir:

	31/12/2016	31/12/2015
Receitas de vendas de imóveis	1.041	1.166
PIS/COFINS	<u>(97)</u>	<u>(105)</u>
Receita Líquida	<u>944</u>	<u>1.061</u>

12 Custos e despesas

	31/12/2016	31/12/2015
Custo de Aquisição de Imóveis	1.517	1.771
Custo de Avaliação de Bens Imóveis	28	34
Custo de IPTU	4	7
Custos	1.549	1.812
Despesas com Pessoal	828	419
Despesas Administrativas	927	938
Despesas	1.755	1.357
Total	3.304	3.169

A companhia apurou margem negativa no seu resultado, custo maior que receita, devido ao reconhecimento do impairment após outubro de 2016.

13 Receitas e despesas financeiras

	31/12/2016	31/12/2015
Receitas Financeiras		
Receitas aplicações financeiras	151	9.576
Receitas de atualização de créditos	170	-
PIS/COFINS	(12)	(75)
	309	9.501
Despesas Financeiras		
IOF	(46)	(56)
Resultado Financeiro Líquido	263	9.445

14 Parcerias Público-Privadas

As parcerias público-privadas compreendem diversas formas de relacionamento entre o Estado e a iniciativa privada com vistas ao desenvolvimento de infraestrutura e de serviços de interesse público. A iniciativa privada entra com a capacidade de investir e de financiar, com a flexibilidade e com a competência gerencial e operacional, enquanto o setor público assegura a satisfação do interesse público.

O ente privado participa da implantação e do desenvolvimento de obra, serviço ou empreendimento público, bem como da exploração e da gestão das atividades deles decorrentes, cabendo-lhe contribuir com recursos financeiros, materiais e humanos.

O Estado, além de garantir o atendimento do interesse público no desenvolvimento e na execução dos contratos celebrados, ficará também responsável pela remuneração parcial ou integral do parceiro privado, remuneração essa que será vinculada ao desempenho do parceiro privado, e por contratar empresa especializada na prestação de serviços de monitoramento permanente do

processo de aferição do desempenho da concessionária – Verificador Independente, no âmbito da relação contratual.

No sentido de dar mais credibilidade à remuneração ao parceiro privado, o Estado criou, em 16 de julho de 2013, a EMIP – Empresa Mineira de parceiras S/A, tendo como um dos objetivos assumir obrigações e ser mandatária do Estado em relação às Parcerias Público-Privadas (PPP).

Em 2016, foram pagos como contraprestações em nome do Estado de Minas Gerais aos Parceiros Privados o montante de R\$ 213.379, conforme demonstrado abaixo:

Parcerias Público-Privadas	31/12/2015	Movimentação	31/12/2016
	Saldo inicial	Adições	Saldo final
Minas Arena - Gestão de Instalações Esportivas S.A	274.330	95.933	370.263
Gestores Prisionais Associados S/A - GPA	181.124	90.827	271.951
Minas Cidadão Centrais de Atendimento S.A	46.789	26.619	73.408
	502.243	213.379	715.622

Reclassificação e Apresentação

- (i) A EMIP foi constituída inicialmente com um capital social de R\$533.275, totalmente subscrito e integralizado pela MGI. Do total recebido, R\$530.516 foram destinados para os pagamentos das contraprestações, efetuadas pela EMIP em nome do Estado aos parceiros privados, das Parcerias Público-Privadas – Minas Arena, Gestores Prisionais Associados e Minas Cidadão Centrais de Atendimento.

Nesse sentido, por atuar apenas como um agente do Estado de Minas Gerais, a Companhia reclassificou o valor de R\$674.594, referente aos aportes de capital recebidos de 2013 a 2016, do Patrimônio Líquido para o Passivo não Circulante, conforme requerido pelo CPC 39 – Instrumentos Financeiros: Apresentação e conforme CPC 26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis.

O quadro abaixo demonstra o sumário da operação.

Ativo	31/12/2016	Ajuste	31/12/2016 Divulgado	Passivo	31/12/2016	Ajuste	31/12/2016 Divulgado
	Contas a receber EMG	715.622	(674.594)		41.028	Obrigações por repasse - PPP	674.594
Total do ativo não circulante	716.911	(674.594)	42.317	Total do passivo não circulante	674.594	(674.594)	-
Total do ativo	723.505	(674.594)	48.911	Total do passivo e PL	723.505	(674.594)	48.911

Ativo	31/12/2015	Ajuste	31/12/2015 Divulgado	Passivo	31/12/2015	Ajuste	31/12/2015 Divulgado
	Contas a receber EMG	502.243	(461.500)		40.743	Obrigações por repasse - PPP	461.500
Total do ativo não circulante	502.245	(461.500)	40.745	Total do passivo não circulante	461.500	(461.500)	-
Total do ativo	514.510	(461.500)	53.010	Total do passivo e PL	514.510	(461.500)	53.010

Os efeitos dos procedimentos de reclassificação efetuados no balanço da EMIP não afetam o Capital Social e a quantidade de ações que a MGI detém. Os mesmos foram realizados para atendimento as normas contábeis brasileiras.

15 Instrumentos financeiros

Gerenciamento de risco financeiro

a. Visão geral

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito,
- Risco de liquidez,
- Risco de mercado,

Esta nota apresenta informações sobre a exposição a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital da Companhia. A Companhia não aplica em derivativos, ou em quaisquer outros ativos de risco. Os valores de mercado dos ativos e passivos financeiros equivalem aos valores contábeis dos mesmos.

Os ativos financeiros da Companhia mensurados a valor justo resumem-se às aplicações financeiras e contas a receber de clientes, que estão dentro do nível 1 da Hierarquia do valor justo.

Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas informações.

b. Estrutura do gerenciamento de risco

O Conselho de Administração tem responsabilidade pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco. A assembleia de acionistas estabeleceu o Conselho Fiscal, o qual atua de acordo com a legislação.

As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A EMIP, através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo.

c. Risco de crédito

Risco de crédito é o risco da Companhia de incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, resultante da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente de instrumentos financeiros conforme apresentado abaixo.

d. Exposição a riscos de crédito

A exposição ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada crédito. O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito, conforme abaixo (2016 e 2015):

	Nota	31/12/2016	31/12/2015
Equivalentes de Caixa	4	131	1.001
Contas a receber de clientes	5	<u>41.028</u>	<u>40.743</u>
Total		<u>41.159</u>	<u>41.744</u>

e. Perdas por redução no valor recuperável*Contas a receber de clientes e outros créditos*

Estes ativos estão representados pelas contas a receber decorrentes dos pagamentos efetuados aos parceiros privados, em decorrência da atuação da Companhia como mandatária do Estado de Minas Gerais em Contratos de Concessões e Parcerias Público-Privadas.

f. Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco da Companhia de encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que a Companhia sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Empresa.

A seguir estão as exposições contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de dividendos ordinários.

	Nota	31/12/2016	31/12/2015
Passivo financeiro não derivativo			
Fornecedores e outras contas a pagar	9.a	757	101
JSCP e dividendos a pagar	10-c	<u>-</u>	<u>1.156</u>
Total		<u>757</u>	<u>1.257</u>

g. Risco de taxa de juros

A Companhia adota política de aplicação de 100% de seus recursos em fundos de renda fixa (atrelados a títulos públicos). Na data das informações o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros era:

Indexador DI	Nota	31/12/2016	31/12/2015
Aplicações Financeiras - Caixa e Equivalentes de Caixa	4	<u>131</u>	<u>1.001</u>
Total		<u>131</u>	<u>1.001</u>

h. Gestão de capital

O objetivo da administração é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do mercado e credores e manter o desenvolvimento futuro do negócio.

Os recursos de caixa e equivalentes de caixa são aplicados somente em bancos de primeira linha, em fundos conservadores de liquidez imediata, geralmente atrelados a títulos públicos federais.

i. Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia.

O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação e buscar eficácia de custos para evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade.

A principal responsabilidade para o desenvolvimento e implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à alta administração. A responsabilidade é apoiada pelo desenvolvimento de padrões gerais para a administração de riscos operacionais nas seguintes áreas:

- Exigências para segregação adequada de funções, incluindo a autorização independente de operações;
- Exigências para a reconciliação e monitoramento de operações;
- Cumprimento com exigências regulatórias e legais;
- Documentação de controles e procedimentos;
- Exigências para a avaliação periódica de riscos operacionais enfrentados e a adequação de controles e procedimentos para tratar dos riscos identificados;
- Exigências de reportar prejuízos operacionais e as ações corretivas propostas;
- Desenvolvimento de planos de contingência;
- Padrões éticos e comerciais.

16 Evento Subsequente

Em 11, 25 de janeiro de 2017 e 22 de fevereiro de 2017, a MGI realizou na EMIP o AFAC´nos valores de R\$ 5.071, R\$7.000, e R\$14.900, respectivamente, para cumprimento de obrigação de PPP's.

* * *

Conselho de Administração

Paulo de Souza Duarte – Presidente

Marco Antonio Viana Leite – Vice-Presidente

João Cruz Reis Filho – Conselheiro

Francisco Eduardo Moreira – Conselheiro

Luis Gustavo D'Ávila Riani – Conselheiro

Manoel Nazareno Procópio de Moura – Conselheiro

Alcione Maria Martins Comonian - Conselheira

Diretoria Executiva

Antônio Eustáquio da Silveira – Diretor Presidente

Walmir Pinheiro de Faria – Diretor Executivo

Contador responsável

Flavio Augusto Sampaio Menezes

CRC/MG 68.072/O-9



Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Conselheiros e Diretores da
EMIP – Empresa Mineira de Parcerias S.A.
Belo Horizonte – Minas Gerais

1 Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da **EMIP – Empresa Mineira de Parcerias S.A.** (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

2 Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

3 Ênfase

Chamamos a atenção para a nota explicativa 14, que descreve o processo de parcerias público-privadas “PPPs” e demonstra que o Estado de Minas Gerais, além de garantir o atendimento do interesse público no desenvolvimento e na execução dos contratos celebrados, é também responsável pela remuneração parcial ou integral do parceiro privado e por contratar empresa especializada na prestação de serviços de monitoramento permanente do processo de aferição do desempenho da concessionária - Verificador Independente, no âmbito da relação contratual. Tendo a EMIP responsável somente pelo repasses dos recursos recebidos e aprovados pelo Estado de Minas Gerais. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

4 Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas e outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.



Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

5 Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

6 Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.



- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 30 de março de 2017

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-MG

Anderson Luiz de Menezes
Contador CRC MG-070240/O-3